

A VISÃO BIOCÊNTRICA DA ECONOMIA: aprendendo da economia de francisco e clara

Marcos Arruda¹

RESUMO

Este artigo analisa as causas profundas da desigualdade e da exclusão econômicas. Mostra como as economias centradas no mercado e no dinheiro não conseguem escapar à sua tendência estrutural para concentrar o capital e centralizar o poder, distorcendo e, em última análise, anulando o valor central das suas promessas históricas - a democracia como condição para a liberdade. O autor explora as propostas inovadoras do Papa Francisco na sua Encíclica *Laudato Sí*, de uma ecologia e educação integrais como caminhos para uma economia que recupere os valores humanos, dê verdadeira substância à democracia e regenere a saúde da nossa casa comum – o planeta Terra e a vida que ela nutre. O ensaio apela a uma profunda transformação da teoria e da prática econômica e explora orientações para uma transição que tem o potencial de tornar possível uma economia que sirva à vida, dê poder às comunidades locais e à governança participativa, promovendo assim a democracia plena, as liberdades individuais e coletivas e o bem viver.

Palavras-chave: bem viver; globalização; emancipação; comunidade; cidadania planetária.

THE BIOCENTRICAL VIEW OF ECONOMICS: learning from the economics of francisco and clara

ABSTRACT

This article analyzes the deep causes of economic inequality and exclusion. It shows how market- and money-centered economies cannot escape their structural tendency to concentrate capital and centralize power, thus distorting and ultimately cancelling the central value of its historical promises – democracy as a condition for freedom. The author explores the innovative proposals of Pope Francis in his Encyclical *Laudato Sí*, of an integral ecology and education as paths towards an economy that recovers human values, gives true substance to democracy, and regenerates the health of our common house – planet Earth and the life she nurtures. The essay calls for a profound transformation of economic theory and practice and explores guidelines for a transition that has the potential to make possible an economy that serves life, empowers local communities and participatory governance, thus promoting full democracy, individual and collective freedoms and good living.

Keywords: good living; globalization; emancipation; community; planetary citizenship.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um conjunto de conferências feitas para o programa de formação multiplicadora e continuada do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

¹ Economista e educador do Instituto PACS e da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara. É colaborador da rede *Solidarius*, do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), da Rede Global Diálogos em Humanidade - Brasil, e da *Ágora das/dos Habitantes da Terra – Brasil*. Marcos também é associado à *Ecovila Fazenda Plenitude*, Rio de Janeiro, e ao Instituto Transnacional, Amsterdam.

(FMCJS). O seu objetivo é refletir sobre o sentido da proposta de uma Economia de Francisco e Clara (EFC), lançada pelo Papa Francisco em 2019 não apenas para a Igreja Católica, mas para toda a humanidade. Com espírito autenticamente ecumênico, o Papa Francisco tem desempenhado o papel de líder entre líderes, convidando as demais fés e a cidadania mundial, em particular a juventude, a refletir e atuar por uma transformação da economia que confronte as causas das desigualdades que afligem a humanidade e violam o direito à vida, e converta os biomas da Terra em ambientes propícios para o bem viver da humanidade e de cada pessoa.

O núcleo da proposta de uma EFC consiste em pôr a economia a serviço dos oprimidos. Dizer não à economia da exclusão (privação de terra, de teto, de trabalho e de tudo que resulta do acesso a esses direitos) e da desigualdade econômica (de renda e poder de compra, de propriedade, de acesso aos bens comuns, em suma, de exercer o direito à vida). Substituir o culto ao dinheiro e ao “poder sobre” pelo culto à vida e ao poder compartilhado. Uma economia verdadeiramente comunitária (forma organizativa que une pessoas diferentes em torno da partilha do pão, da beleza, da Vida). Economia justa, em que todas e todos e cada um têm direito a viver bem, dando de si ao coletivo de acordo com suas capacidades, e recebendo do coletivo segundo suas necessidades. Economia a serviço das pessoas, em harmonia com a Natureza de que somos parte.

Usarei neste texto o termo “economia libertadora” para me referir a outras tendências e práticas econômicas que convergem e contribuem para a construção de uma Economia de Francisco e Clara.

UMA CRISE CIVILIZATÓRIA: CONFLITO DE PARADIGMAS

Visualizar uma Economia de Francisco e Clara exige grande esforço, pois a economia dominante não só está distante dela como se contrapõe frontalmente a ela. Na verdade, a economia dominante está na raiz de uma crise civilizatória – uma composição de crises: ecológica, social, econômica, financeira, política, cultural, alimentar, hídrica, espiritual – que atinge as premissas e o próprio paradigma da civilização do capital globalizado (Razeto, 2018). Em lugar desta *civilização antropocêntrica* (o ser humano como centro do universo) e *monetocrática* (o dinheiro como fonte de poder, valendo mais que a vida), o Papa Francisco fala em *ecologia integral* e *economia biocêntrica*. Tais propostas convergem com a cosmologia (visão de mundo) de

movimentos como o da Economia Solidária e da Economia da Libertação².

Eis os pontos mais importantes da crítica e da proposta dessa nova economia ecológica:

- É crítica do *sistema centrado no lucro e na acumulação*, no qual protagonista é a empresa individual (“pessoa jurídica”) e cujo horizonte é o crescimento econômico ilimitado para acumular sempre mais dinheiro e bens, desatendendo às necessidades humanas e desconhecendo os limites dos ecossistemas.
- É crítica do *capitalismo globalizado*, fruto da ação predatória de bancos e de corporações transnacionais, que ampliam seu horizonte para muito além dos seus países de origem, numa ganância de lucros sem fronteiras, e num impulso de crescer desmesuradamente, como um câncer na epiderme da Mãe Terra. Sua presença é concentradora do capital e centralizadora da economia, sangrando os bens naturais e culturais dos povos do Sul global, violando sua soberania e contribuindo para globalizar padrões insustentáveis de consumo e produção de rejeitos, monopolizando os mercados, comprando a consciência das elites locais e gerando desequilíbrio e destruição dos ecossistemas.
- É crítica do *socialismo de tipo estatista, patriarcal e materialista*, cujo protagonista é o Estado e não a sociedade, e cujo horizonte tem sido, por um lado a distribuição dos bens materiais, por outro, a perpetuação dos dirigentes do partido no poder. Essa ambiguidade evoca o desafio de superar a dicotomia entre socialismo e democracia.
- Preconiza o *protagonismo da comunidade* no seu território *como unidade de produção e reprodução da vida*, em vez da empresa privada e do Estado; e promove circuitos de valor e redes de colaboração solidária capazes de empoderar econômica e politicamente as/os participantes das comunidades para o exercício da plena cidadania e da ecologia integral, em fluxos relacionais solidários em nível local ao global.
- Inspira-se na cosmologia do Bem Viver (Acosta, 2016) dos povos originários, em particular os das Américas, reconfigurado para abranger a escala da cidadania planetária.
- Reconhece a *Natureza como sujeito de direitos* e pratica a *harmonia com a Natureza* e o cuidado *integral* com todas as formas de vida; visa o Bem Viver e a felicidade de

² Sobre a Economia da Libertação, ver os artigos e os livros do filósofo Euclides André Mance.

https://eabeditora.com.br/catalogo-impresso/economia-de-libertacao-livro-1-pre-venda/#gallery_6534f212bca05-

cada pessoa nos seus contextos natural, social, cultural e espiritual.

AS LIÇÕES QUE APRENDEMOS DE FRANCISCO E CLARA

Após quatro anos da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara, reafirmo algumas das principais lições que podem inspirar o desenho de uma EFC:

- 1) *Simplicidade voluntária*³ ou *sobriedade feliz*⁴. Tratam-se de dois desafios simultâneos. O primeiro, em relação ao padrão de consumo das pessoas: a escolha de um modo de vida e de consumo simples e sóbrio, reduzindo as necessidades de bens materiais e tornando-os acessíveis a todos; investindo energia e tempo no desenvolvimento dos potenciais humanos e na vida de qualidade. A emoção envolvida nessa escolha é a do **desapego**. Uma das melhores consequências disso é a redução da demanda de energia e, portanto, das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A escolha do uso de energia de fontes renováveis e limpas; de meios públicos de transporte em vez do automóvel; o uso da bicicleta sempre que possível, em vez dos veículos de combustão interna; a substituição do chuveiro elétrico por chuveiros aquecidos por energia solar; a economia no uso da água e a prática de recolha de água da chuva; a reutilização e a reciclagem de produtos descartados; e o cuidado com a saúde das árvores e das florestas são alguns exemplos. O outro desafio é de *cinho social ou coletivo*. A população pobre do Brasil não tem acesso à nutrição regular e de qualidade, muito menos à água morna para se banhar. O capitalismo de cinho neocolonial que vigora há mais de 500 anos no Brasil é incapaz de prover para essas classes sociais um padrão de consumo que atenda suas necessidades básicas. *Libertá-la dessas carências* deve ser a prioridade para os fazedores de *políticas públicas*. As práticas de economias centradas na vida (biocêntricas) visam criar e manter as condições propícias para que cada pessoa, e o conjunto da sociedade, possa desenvolver seus potenciais humanos e sociais em harmonia com o meio natural. Incidir nos governos, em todos os níveis a favor de políticas, que revertam os fatores antrópicos (causados pela espécie humana) do aquecimento global, cancelem as patentes sobre a água, os outros bens comuns e os organismos vivos e reconheçam

³ Ver o livro de Paulo Roberto da Silva, “Economia, Consciência e Abundância”, Editora Bambual, Rio de Janeiro. Economia, Consciência e Abundância - Bambual Editora.

⁴ Ver Pierre Rabhi, “Vivre mieux sans croissance”, editora Presses Châtelet, Paris; e “Vers la sobriété heureuse”, editora Actes Sud, Paris.

por lei os direitos da Natureza; e organizar a cidadania planetária em torno dessas políticas, eis os grandes desafios de uma Economia da Vida neste momento.

2) *Solidariedade*. Francisco e Clara vinham de famílias abastadas. Rejeitaram a vida de luxo para dedicar-se ao serviço divino na forma de oração e de cuidado com os oprimidos. Também dedicaram energia e tempo para promover a Paz e o respeito às diferenças. Só uma *economia realmada* (biocêntrica, plural e solidária) pode nos dias de hoje levar à prática o espírito desses dois santos. A solidariedade resulta da consciência de que todos os seres estão solidamente interligados e formam uma grande família. Mas entre a visão de economia da solidariedade e do Bem Viver e a sua concretização há grande distância. O desafio metodológico é a visão clara do ideal de uma EFC, que sirva de guia das nossas ações e, ao mesmo tempo, definição de um plano para a *transição* do caos social atual e do colapso climático que se avizinha até as ações que tornem real aquela visão antecipatória, este é o *desafio metodológico*.

3) *Coerência entre a espiritualidade e a luta pela paz com justiça*. Toda economia competitiva é, por natureza, uma economia de guerra. Francisco e Clara foram veículos da mensagem divina da paz com justiça. Um paradigma econômico de guerra jamais pode levar a uma economia e uma cultura da paz. Foram as *práticas cooperativas e solidárias* dos grupos de homínídeos e de humanos que ofereceram as condições para a nossa subsistência e evolução⁵. Desde cedo nossos antepassados perceberam a dimensão invisível da realidade do mundo e a incorporaram no seu viver cotidiano. O entendimento humano foi alcançando fatos que estão na base de uma Economia da Vida e de uma Ecologia Integral. A *riqueza da biodiversidade* (da qual fazemos parte); a consciência de que somos *todos interconectados*, entre nós e com todas as outras formas de vida; e a compreensão de que *as diferenças de gênero, de talentos e atributos*, são fontes de sempre maior riqueza para a família humana, em vez de serem motivo de maus sentimentos como a inveja, a cobiça e o espírito de competição. As emoções que alimentam estas atitudes e práticas são *a paz interior, a compaixão, a empatia e a não-violência*⁶.

⁵ Dois autores que elaboram sobre a cooperação como forma relacional que se situa na origem e a evolução da vida, ver Marcos Arruda, 2003, “Humanizar o Infra-humano”, 2003, Editora Vozes, Petrópolis; e Máximo Sandín, 2010, “Pensando la Evolución, pensando la Vida: La Evolución más allá del darwinismo”, Ediciones Crimentales, Madri; e Mauricio Abdalla, 2002, “O Princípio da Cooperação”, Editora Paulus, São Paulo.

⁶ “A natureza, dizem eles, convida todos os homens a se ajudarem mutuamente e a partilharem em comum do alegre

- 4) Um desdobramento desta terceira lição é o trabalho pela paz, justiça e equidade em escala planetária. Em busca de um acordo pacífico entre Cruzados e Muçulmanos, Francisco e Illuminato navegaram até o Egito; aterrorizados diante da carnificina e da postura antievangélica dos Cruzados. Essa guerra levou Francisco a tentar persuadir os Cruzados a negociar a paz. O Sultão al-Khamil chegou a oferecer Jerusalém aos Cruzados em troca da paz, mas rejeitaram sua oferta. Francisco e Illuminato, com surpreendente audácia, decidiram ir ao campo muçulmano e criaram com o Sultão e seus sábios Sufis um diálogo de vários dias sobre a espiritualidade das duas religiões. Daí surgiu um laço de amizade entre o Sultão e Francisco. Francisco nos ensina que *a Política da Amizade é a matriz da Paz com Justiça*. As disputas políticas e econômicas tendem à demonização do “inimigo” e à busca de soluções violentas. Perdemos de vista que somos grande família humana, cujo sentido é a partilha, o serviço uns aos outros, o amor. Hoje em dia, o sistema do capital joga empresário contra empresário, trabalhador contra trabalhador, país contra país, povo contra povo. A ganância e a voracidade visando acumular dinheiro e riquezas materiais é a marca dos que praticam o capitalismo como sua religião.
- 5) *As lições de Clara* - Além da escolha por abandonar a riqueza e o luxo da família para abraçar com alegria a simplicidade e a pobreza voluntárias como modo de vida, Clara enfrentou o patriarcalismo de sua época e, ainda muito jovem, abriu sua própria trilha e seguiu o apelo do seu coração a despeito da oposição do pai. Foi uma mulher que *encarnou as virtudes do Sagrado Feminino*. No Mosteiro de São Damião, onde ela se instalou, logo acompanhada por sua irmã Agnes e outras devotas, elas *viviam em comunidade, ninguém tinha posses privadas, a alimentação excluía toda carne, e a pegada ecológica era exemplar*.

PREMISSAS HOLÍSTICAS: POR UMA ECONOMIA, ECOLOGIA E EDUCAÇÃO INTEGRAIS

Vejam as premissas que fundamentam o paradigma separatista do sistema do capital mundial, em contraste com as *premissas holísticas* que animam a Ecologia Integral do Papa Francisco, os movimentos de economia solidária, a cosmologia do Bem Viver e outros caminhos

festim da vida” (Thomas More, 1984, em *A Utopia*, Abril Cultural, São Paulo, p. 254).

libertadores.

Premissa cosmológica da cultura do capital: somos desconectados uns dos outros e cada um cuida de si e dos seus interesses (Eu-Sem-Nós do individualismo absoluto). Enquanto espécie, somos o centro da Terra e do Cosmos (antropocentrismo). Estamos na Terra para dominá-la e submetê-la aos desígnios humanos. A inteligência humana e sua técnica ilusoriamente onipotente submetem aos seus interesses a Natureza e as outras formas de vida.

Premissa cosmológica da cultura de Francisco e Clara: somos todos interconectados entre nós, humanos, e com todas as formas de vida na Terra e no Cosmos. Somos por natureza seres individuais, sociais e naturais, materiais e espirituais ao mesmo tempo. O paradigma que deve fundamentar nossa visão de mundo é biocêntrico, pois reconhece a vida como eixo central da Evolução, e não a espécie humana. Estamos na Terra para aprender dela e para promover a convivência harmônica entre nós e com os biomas que sustentam nossa vida. A emoção do amor à Natureza – o mundo das criaturas – como reflexo do amor e da beleza do Ente Criador e Mantenedor da vida – prevalece sobre a mera razão.

Premissa antropológica da cultura do capital: a competição e a contraposição entre diferentes seres humanos são os únicos modos de relação possíveis. A economia é uma guerra permanente na qual os fortes e os espertos são vencedores, e os outros são perdedores, restos, descartáveis, invisíveis.

Premissa antropológica da cultura de Francisco e Clara: se somos interconectados entre nós e com todas as formas de vida no Planeta e no Cosmos, a única relação que faz sentido é de respeito às diferenças, de cooperação fundada na confiança mútua e na complementaridade, de solidariedade consciente, de espírito comunitário para o qual cada pessoa é ao mesmo tempo importante em si, e pouco importante frente à complexidade que é a vida em comunidade e em sociedade (Eu-e-Nós ao mesmo tempo). *Só uma economia, uma ecologia e uma educação integrais* são capazes de contemplar todos os aspectos, dimensões e potenciais que recebemos da Vida para fazê-los florescer e dar frutos.

ABUNDÂNCIA E O VALOR SAGRADO DO TRABALHO HUMANO

Abundância não é possuir bens materiais em excesso, mas sentir-se satisfeito com *o suficiente*. Ter em excesso é *acumular riqueza morta*, que deixamos de usar e privamos outros de

usarem. O *consumo ético* – bom para mim, para os outros e para o ambiente – é o do suficiente. E ele só é viável se a produção for planejada para adequar-se à demanda real (e não engendrada pela publicidade, pela obsolescência programada); e se houver *planejamento socioeconômico* orientado pela lógica do suficiente e da ecologia integral. Vejamos alguns aspectos-chave da transição para uma EFC.

Consumismo, Produtivismo e FIB: Ouvindo a TV e o rádio falar de economia, não faltam referências ao PIB - produto interno bruto – e aos seus índices de crescimento. PIB é o somatório dos reais que equivalem aos bens e serviços produzidos e comercializados cada ano no mundo, no país ou em outras unidades da federação. Crescimento econômico está ligado ao emprego e ao consumo. Quem tem capital produtivo e aplicações financeiras e ganha dividendos ou juros sobre elas, pode viver sem trabalhar, ou do “trabalho” de acumular ainda mais dinheiro e propriedades (bancos, fábricas, terras, imóveis, unidades comerciais, ações de bancos e empresas, títulos da dívida pública etc.) A premissa equivocada é que a Terra tem recursos ilimitados e, portanto, pode prover bens e insumos naturais sem limites. O Butão, consciente desse equívoco, adotou outro conjunto de indicadores para medir a evolução da *riqueza* do país: o *FIB, índice de felicidade interna bruta*⁷. O FIB oferece pistas para o exercício indispensável de *construir indicadores de desenvolvimento para os campos da ecologia, economia e educação integrais*.

Olhemos para essa forma de relação de produção (relação social entre capitalistas e trabalhadores) como *sistema*, uma totalidade que inclui os bens produtivos, os sujeitos que se relacionam por meio de modos de propriedade, gestão e divisão de trabalho típicas do capitalismo, e o conjunto de conceitos, ideias, leis e preceitos morais que animam o sistema. Seu objetivo original era responder às necessidades humanas pela interação espontânea entre a demanda e a oferta de bens e serviços, ou seja, o mercado. Mas o mercado existe a partir de relações de produção determinadas, e quando elas têm como lógica a obtenção do máximo lucro e o enriquecimento via acumulação de propriedades, elas convertem a economia num processo de concentração das riquezas e dos frutos do trabalho humano, que vai se tornando sempre mais desigual, excludente e injusto.

O valor do Trabalho Humano: De trás das relações capitalistas de produção surge a pergunta: são os donos do capital os que *produzem* os bens e serviços medidos pelo PIB? Muito

⁷ Para uma reflexão sobre este tema, ver <https://evolucaocriadora.blogspot.com/2009/11/educacao-economia-do-amor-e-as-nove.html>

pouco! Eles são apenas alguns milhares de ricos (cerca de 1% da população do Brasil), cuja renda é 34 vezes maior do que a da metade mais pobre da população⁸. Curioso como governos e empresários, preocupados com a queda dos lucros das empresas durante a pandemia do COVID-19, insistem em obrigar seus trabalhadores e funcionários a continuarem trabalhando enquanto eles se protegem no isolamento. Os trabalhadores da Petrobrás são obrigados a trabalhar nas plataformas marítimas. Dormem em quartos de 10 camas e não têm como manter o distanciamento preventivo do contágio. Muitos são infectados e são isolados em suas casas, arriscando contaminar sua família. Nos Estados Unidos, a indústria de carnes tem adotado a mesma prática. Em consequência, em meados de maio já havia mais de 20 mil infectados e pelo menos 20 mortos de COVID-19. Estima-se que o número real seja duas ou três vezes maior⁹. Isso evidencia que quem de fato produz a riqueza e gera satisfação das necessidades são as/os trabalhadores. Mesmo as empresas de alta tecnologia não podem dispensar o trabalho humano. Porém, com base na propriedade privada dos bens produtivos e a apropriação dos bens comuns e dos frutos do trabalho pelo capital, o trabalho humano é estruturalmente subvalorizado e essa subvalorização é naturalizada.

A economia biocêntrica não é contraditória com *o trabalho* visto como a variedade de formas de ação do ser humano sobre o mundo, a sociedade e ela/ele próprio que transformam o mundo natural em mundo da cultura. É o fazer-se enquanto pessoa e cidadão (*autopoiese*), e o cooperar no fazer-se da espécie (*antropopoiese*). É o trabalho que nos torna *co-criadores*, e *nisto reside seu caráter sagrado*.

Por isso, o clamor por uma *transformação profunda da economia visa a emancipação do trabalho* por meio da democratização do direito à propriedade e à gestão dos bens produtivos e dos bens comuns públicos. Essa *outra* economia visa a satisfação das necessidades e a criação dos meios de realização sempre mais plena dos direitos individuais, sociais e naturais, sem exclusões. Realização sempre mais plena do Bem Viver para cada indivíduo, para cada comunidade e povo, para todos os povos, em harmonia com o ambiente.

Partilhando os ganhos da produtividade: Sempre que a capacidade produtiva aumenta, a empresa, ou a economia como um todo, tem excedente de ganho em relação à situação anterior.

⁸ Fonte: IBGE, PNAD Contínua, 2018.

⁹ Cf.

https://www.democracynow.org/2020/5/4/covid_19_meatpacking_plants?utm_source=Democracy+Now%21&utm_campaign=f5e4323c3e-Daily_Digest_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_fa2346a853-f5e4323c3e-192500977

No capitalismo, esse ganho é automaticamente apropriado pelos donos do capital. O trabalhador e o funcionário, inclusive os pesquisadores e cientistas, a rigor ficam excluídos, exceto por bonomia dos empresários. Notemos que *em economias libertadoras*, nas quais trabalhadores e funcionários chegam a ser coproprietários e cogestores do empreendimento, eles participam da decisão do que fazer com o excedente. A parte que lhes cabe pode ser recebida em dinheiro ou em redução do tempo de trabalho necessário. Essa margem de tempo livre vai possibilitar atividades de autodesenvolvimento, convivência com a família e amigos, estudos, pesquisa, lazer, florescimento da vida comunitária ou esforço de ampliação do circuito econômico de que seu empreendimento faz parte.

Vejamos a questão fundamental que faz convergir a EFC com as Economias Solidária e da Libertação: o *consumo consciente, dentro dos limites do ecossistema*. Insisto nesse tema porque ele é um dos pilares da transição: o consumo está na base do paradigma do capital e do livre mercado, e é determinante para o desenho de economias libertadoras.

O crescimento *como fim* contamina todas as atividades econômicas no sistema do capital. Ele está fundado na *falsa premissa* de que os bens da Natureza são ilimitados. Dele resultam a acumulação crescente de rejeitos, a destruição de ecossistemas e a acelerada marcha da humanidade para o colapso climático.

O crescimento deveria ser entendido *como meio* para a solução das necessidades humanas. Para isso é preciso rejeitar a *economia da oferta* em que o capitalismo se apoia para perpetuar o crescimentismo (ideologia do crescimento ilimitado). É essa a economia da *publicidade comercial* que estimula as pessoas a comprarem sempre mais; e da *obsolescência programada* (ação criminosa de lesar o consumidor praticada por empresas que programam a morte antecipada e o descarte de um produto industrial, incentivando a compra de outro “mais moderno”). Assim tem sido com a indústria de celulares, de computadores e impressoras, de lâmpadas elétricas, e mesmo a indústria automobilística e a indústria bélica.

A EFC é coerente com a lógica do que nas redes de Economia Solidária chamamos de *economia do suficiente*. Ela se baseia na demanda real (“o dinheiro vai para onde há necessidades”), que é diferente da “demanda efetiva” do capitalismo (“o dinheiro vai para onde há dinheiro”). Estamos diante da difícil tarefa de superar um paradigma que se esgotou e lançar outro, que represente *um “salto quântico” da Evolução da nossa espécie e da vida*.

BEM VIVER: PROTAGONISMO DAS COMUNIDADES

Entre as diversas visões que povoam o imaginário das pessoas, comunidades, movimentos sociais, correntes religiosas e redes comprometidas com a transição para uma humanidade regenerada e feliz destacamos a visão do Bom Viver (Quéchua) ou Viver Bem (Aymara), presente entre os povos andinos, o Teko Porã (Tupi-Guarani), o Kyme Mogen (Mapuche) e os de outros povos originários. Essa visão tem gerado diálogos muito férteis, pois ela tem origem na sabedoria ancestral desses e de outros povos originários. Ao mesmo tempo, precisa ser contextualizada para a realidade de uma economia globalizada e uma sociedade humana sujeita a formas hoje globais de opressão, exploração e dominação. Essa visão procede de povos do Sul Global – povos originários de várias partes do mundo (do hemisfério Sul, mas também do Norte), que fazem parte das classes oprimidas, mantidas na periferia do sistema *monetocrático* (poder do dinheiro) e geralmente excluídas dos benefícios do crescimentismo dominante.

Economia sem fins de lucro, tendo como fim o Bem Viver de todas e todos, eis a essência da EFC. Um autor indígena boliviano, Fernando Huanacuni (2015) apresenta aos leitores o “paradigma ancestral comunitário”, mostrando que a diversidade de formas de expressão cultural das nações originárias do continente tem *um manancial comum*, ou *um mesmo paradigma*, como base da sua cosmovisão: concebem a vida de forma comunitária. Para os que praticam esse paradigma, a vida moderna, sobretudo urbana, que esfacela as relações e isola a pessoa e a família nuclear, é antinatural! A comunidade é o contexto social e natural adequado para a construção da *identidade e do sentido de pertencimento da pessoa*. É em comunidade que florescem as relações humanas interpessoais e a própria socialização do indivíduo. O Ubuntu africano (“eu sou porque você é”, “cuido de você porque você é minha irmã”, “cuidemos uns dos outros para todos prosperarmos”) é um paradigma semelhante ao do Viver Bem andino. Podemos ver nesses conceitos, também, uma correlação com “uma sociedade sem classes sociais, regida pelos princípios da igualdade, liberdade e irmandade”, ou também com a visão cristã do Reino de Deus, entre outras.

A visão andina do Bem Viver¹⁰, reconfigurada a partir do que a humanidade aspira e necessita hoje, tem um sistema chamado por Huanacuni de economia comunitária complementar, com pelo menos quatro pilares essenciais, a saber:

¹⁰ Adoto aqui a expressão Bem Viver, a mais usada na língua portuguesa.

- 1) O centro e o sentido da organização da sociedade humana e da atividade econômica seja a vida e não o dinheiro, e que o trabalho humano seja *meio* para que a vida prospere nas esferas material e não material (esfera da consciência individual e coletiva) de si próprio e de todas as formas de vida. Isso implica uma relação de harmonia, respeito e sintonia profunda com as forças da Natureza. Dessa cosmovisão deriva a bioeconomia, ou economia biocêntrica;
- 2) Todas as pessoas, famílias e comunidades alcancem de forma compartilhada a satisfação de suas necessidades e carências relacionadas com seu Viver Bem, inclusive o ambiente propício para o exercício das suas qualidades e potenciais. O lucro e o crescimento do PIB deixam de ser o motivador da economia, e cedem o lugar às necessidades, carências e anseio pelo Bem Viver e pela felicidade dele derivada, como guias do planejamento econômico e critérios para a elaboração das políticas públicas. Orientar a política fiscal, tributária e de investimentos, segundo esses critérios, pode levar a que as economias pública e comunitária respondam às demandas da sociedade sem a necessidade de políticas sociais compensatórias;
- 3) A comunidade (entendida como todos os seres dos mundos visível e invisível, incluindo os ancestrais e os seres que povoam seu território), regida pela *ética da partilha solidária*, seja reconhecida como protagonista política e econômica por excelência. Isso configura o desenho de uma nova globalização democrática e solidária construída de baixo para cima, composta não só por instituições de caráter estatal, mas também pelo que é cada vez mais conhecido como *cidadania planetária*¹¹. As comunidades se empoderando para definirem com clareza suas necessidades e carências e para *planejarem e implementarem as ações* visando atendê-las e superá-las usando seus próprios recursos e conhecimentos, e recorrendo a outras comunidades ou a empresas estatais para suprirem aquilo que lhes falta, por meio de um dos três modos de intercâmbio possíveis: compra e venda, escambo e dádiva;
- 4) Um Estado, democraticamente forte, tenha um papel ativo na gestão democrática da coisa pública (*Res Publica*), colocando seus recursos e poder a serviço da sociedade, e não apenas de uma pequena elite super rica. Além disso, colaborar na regência da diversidade que compõe a sociedade local ou nacional, fiscalizando e regulando a economia para que ela seja justa e equitativa. E que o Estado desempenhe um papel educador de extrema importância,

¹¹ Essa breve menção à dimensão macro do desafio da governança global é insuficiente, e está sendo desenvolvida noutros trabalhos. Em destaque menciono Riccardo Petrella, “Au Nom de l’Humanité: l’Audace Mondiale”, 2018, Couleur Livres, Bruxelas. Para um início de discussão do tema, ver também meu capítulo e o de Pablo Solon no livro organizado por Lesbaupin, Ivo, 2019, “Novos Paradigmas para outro Mundo Possível”, Iser Assessoria e Abong: 177ss.

particularmente num país como o Brasil. Trata-se de ir muito além da educação convencional: desenvolver a consciência crítica da cidadania; valorizar o saber gerado pela vida e pela prática de cada pessoa (saber popular); criar instâncias de gestão pública compartilhada com a sociedade civil (como conselhos de planejamento e gestão do orçamento público, da saúde, dos diversos bens e serviços públicos; respeitar a relativa autonomia das comunidades para se autogerirem (colaborar na educação para a autogestão e a co-responsabilidade para que cada cidadão e cada comunidade se tornem sujeitos do desenvolvimento socioeconômico e humano de si próprias e dos seus territórios). Isto significa *tornar cada vez mais real a prática da democracia*.

DESAFIOS DA TRANSIÇÃO: DA COMUNIDADE À GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Visualizemos a *transição* de uma economia centrada na empresa privada, no lucro e na acumulação, na competição e na fragmentação social. O ponto de partida é a conjuntura da pandemia do COVID-19, e depois a guerra por procuração entre a Rússia e a Ucrânia e, agora, o genocídio do povo palestino pelo Estado sionista de Israel.

Do oligopólio à economia da vida: O “livre mercado” foi derrotado pela mega economia globalista, monopólica ou oligopólica (ex. Monsanto e Bayer nos agroquímicos e nas sementes transgênicas, com a promessa de “combater a fome no mundo sem prejudicar o ambiente”. Também derrotado pelo totalitarismo do mercado (ex. a influência decisiva das corporações financeiras de Wall Street nas decisões do governo dos EUA). O organismo social humano, assim como os biomas do planeta, estão enfermos. Como pensar a transição para uma economia biocêntrica e comunitária, pacífica e acolhedora da diversidade humana, em que a solidariedade, a noodiversidade (incluindo de forma harmônica todas as etnias que compõem o planeta) e a complementaridade tomem o lugar da competição, do pensamento único e da guerra?

Planejamento do desenvolvimento socioeconômico: A pandemia do COVID-19 tem levado à redução drástica da produção e do consumo de massas. As pessoas mundo afora estão percebendo que podem viver com menos objetos do que estavam habituadas. Ocorre a simplificação do padrão de consumo individual e familiar, que, com o fim da pandemia, pode voltar ao que era antes. Mas pode também, a partir do despertar da consciência ecológica, incorporar-se ao modo de ser das sociedades e tornar-se *a nova normalidade*. O trabalho em casa se estende e muitas empresas, sobretudo no setor de serviços, estão fechando seus escritórios e reestruturando seus regimes de

trabalho. Fábricas estão paradas porque a demanda já não permite que escoem sua produção. O efeito disso tudo é contraditório. As taxas de desemprego ultrapassaram os 15% da força de trabalho em muitos países, como os EUA e o Brasil. O arrocho das políticas de assistência social reduziu a capacidade do Estado de suprir as necessidades da maioria trabalhadora. O isolamento físico para reduzir o contágio e a pressão sobre o sistema hospitalar, precarizado pelas políticas neoliberais, com destaque para a Lei do Teto de Gastos (A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016), e pelo criminoso descaso do governo Bolsonaro levou muitos ao desespero e causou mortes que poderiam ter sido evitadas. Com a pandemia do Coronavírus iniciada em 2020, se consagrou o divórcio entre a economia centrada no dinheiro e a vida da sociedade na escassez de recursos para sobreviver. Do ponto de vista ecológico, a Terra agradece. Ocorre uma inversão na tendência ao crescimento das emissões de gases de efeito estufa (GEE)¹² e no despejo de poluentes em rios e oceanos. As paisagens se tornam visíveis, o ar das cidades fica mais respirável e os solos menos poluídos. Duas realidades se destacam: são os habitantes de cada território aqueles que melhor podem proteger o ambiente; e a possibilidade de suprir com alimentos de qualidade parte das necessidades domésticas (ex. hortas domésticas).

A grande lição da pandemia é que *o crescimentismo* como modo de organizar da economia é insustentável e tem que ser radicalmente modificado. Em vez de centrada nas empresas e na sua incessante busca de lucro, novas economias multiplicam práticas inovadoras em nível local e regional, e mesmo intracontinental (Aliança Bolivariana das Américas)¹³. O planejamento participativo do desenvolvimento, do espaço comunitário até o do território nacional e planetário precisa substituir a crença cega no “mercado autorregulado”. A propriedade compartilhada dos bens produtivos e a autogestão das atividades de produção e de distribuição dos produtos tendem a substituir as estruturas hierárquicas, na medida em que se descobre que o pequeno, o descentralizado, o incluyente é belo e pode gerar maior e melhor desenvolvimento e Bem Viver do que o grande, o centralizado e o excluyente. Planejar a produção a partir da demanda e das necessidades e não da sede de lucros torna uma economia do suficiente e da partilha capaz de gerar

¹² Só na China, o maior emissor mundial de GEE, a redução foi de 25% até maio de 2020, devido às restrições de viagens, cancelamento de eventos culturais e esportivos, fechamento de escolas e universidades, isolamento físico, queda da demanda de petróleo, redução das jornadas de trabalho. Se os governos buscassem formas inovadoras e vigorosas de redistribuir a renda e a riqueza, realizando reformas fiscais e tributárias focadas nas necessidades mais prementes da população (como fez o governo Roosevelt no colapso financeiro dos anos 1930), uma Nova Aliança poderia abrir caminho para um novo mundo possível.

¹³ Aliança Bolivariana das Américas, composta por 12 países, praticando comércio justo e solidário, empregando o sucre como unidade monetária contábil.

abundância e harmonia com o meio natural.

Dado tempo suficiente, a *demanda de capacidades e talentos* para responder às demandas de bens e serviços pode prover *postos de trabalho* para todas as pessoas em idade propícia, e vai ensejar *intercâmbios intercomunitários* que elevarão o Bem Viver de todas as pessoas e comunidades envolvidas. Nada menos que uma reconstrução da Globalização a partir de comunidades autogestionárias vivendo na prática a solidariedade e a reciprocidade.

Produção Industrial, Agroecologia/Agrofloresta e Governança: O primeiro passo é o Estado reconhecer que comunidades e municípios são espaços por excelência de educação para o exercício da democracia participativa e da educação libertadora. Lugar de destaque para os povos indígenas, quilombolas, e outros grupos que têm cultura e tradição das quais o Brasil tem muito a aprender. Em complemento às iniciativas comunitárias, o Estado deve desempenhar papel fundamental no estímulo à auto-organização e à educação da sociedade para o exercício da cidadania ativa. A EFC exige que o desenvolvimento industrial, assim como a pesquisa e desenvolvimento científico e técnico respondam às necessidades e demandas da sociedade como um todo dentro dos limites dos ecossistemas. Um exemplo extraordinário desse tipo de estrutura produtiva e logística agroindustrial é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)¹⁴. Em escala nacional, um bom exemplo é o do Butão, um pequeno país encravado na Cadeia dos Himalaias que, como dissemos acima, adotou o índice de Felicidade Interna Bruta no lugar do PIB para avaliar e reestruturar a criação e a distribuição de riquezas do país. Outro exemplo são os empreendimentos produtivos de pequeno e médio porte, autogestionários, incluindo projetos de instalação e gestão da produção descentralizada e distribuição local de energia solar combinada com a captação da água da chuva no Semiárido brasileiro¹⁵, que *constituem circuitos econômicos solidários*, com fins cooperativos e não lucrativos.

Todo o excedente gerado pelo trabalho local, pelas trocas com outras comunidades e pelo aumento da produtividade seria convertido em novos investimentos, ou em ganhos para trabalhadores e suas famílias, ou ainda em redução do tempo de trabalho deles. Já os empreendimentos de grande escala seriam responsabilidade do Estado nas diferentes jurisdições. É o caso dos que pertencem a territórios mais abrangentes – como a reforma agrária e urbana, tão urgentes, as atividades extrativas botânicas e minerais em harmonia com a Natureza, a produção

¹⁴ Ver em: <https://mst.org.br/nossa-producao/> Último acesso em: 17.out.2023

¹⁵ ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro (<https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>) e Cooperativa do Bem Viver, Patos, Paraíba (bemviver.coop.br)

de bens de capital, a gestão de bacias hidrográficas e de biomas, da infraestrutura em geral, da produção voltada para o comércio internacional, a gestão financeira regional e nacional assim como a pactuação dos sistemas de regulação e legislação. As autoridades eleitas para postos administrativos mais abrangentes – municipais, regionais, estaduais, federal, continental, e global – só assumiriam aquelas responsabilidades que transcendem o âmbito das comunidades e dos seus territórios (princípio da subsidiariedade). E deveriam fazê-lo com a participação ativa das comunidades abrangidas. Para isso, conselhos bi ou tripartites e outras instâncias públicas facilitariam o diálogo e a participação nas decisões de interesse coletivo.

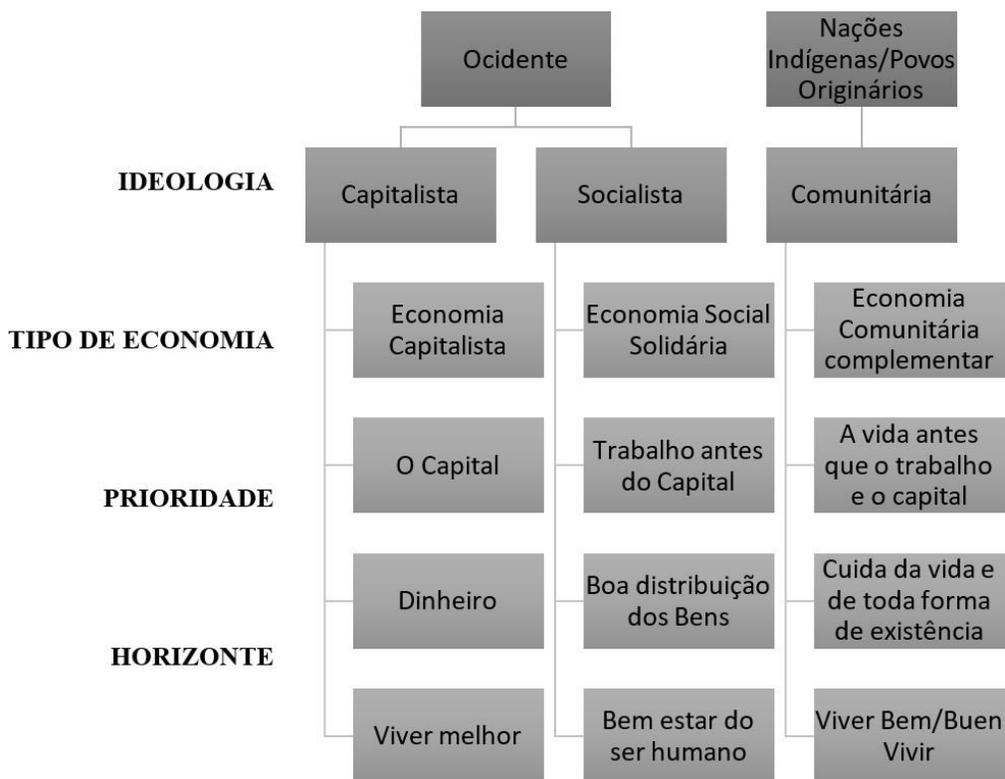
Serviços como unidades de saúde; de gestão das águas, das fontes de energia, das matas e das florestas; do cuidado com os ecossistemas; do saneamento; habitação; segurança; cuidado materno-infantil, de jovens, de mulheres e de idosos; centros culturais e artísticos; fundos e bancos solidários para a gestão da poupança comunitária; unidades de educação formal e não-formal, seriam todas atividades de âmbito comunitário, potenciais fontes de ocupação das próprias cidadãs e cidadãos da comunidade. A saúde centrada na vida em vez de centrada no lucro ganha relevância com a práxis da medicina preventiva e não só curativa, a formação de agentes de saúde, educação sanitária e nutricional para a autogestão da saúde pessoal, familiar e comunitária. Médicas e médicos e enfermeiros da família, do bairro, do território atuam em clínicas locais, só enviando para o sistema hospitalar os casos de patologias mais graves e complexas. Os custos humanos e financeiros desse tipo de política de saúde são muito reduzidos, dado que eles são compartilhados entre a comunidade e o Estado.

A produção agroecológica e agroflorestal, doméstica e comunitária, de alimentos saudáveis também pode ganhar relevância, promovendo a segurança e a soberania alimentar ao reduzir a dependência de alimentos vindos de fora e elevando a qualidade e a sustentabilidade da saúde. Sistemas financeiros solidários, desenhados para fazer com que o dinheiro das famílias e das comunidades circule quanto possível na própria comunidade, incluindo a criação de moedas locais e de bancos comunitários, como já ocorre em mais de 100 municípios brasileiros, reforçam a autodeterminação e a democracia econômica local.

Economia biocêntrica e Bem Viver: A crítica que o autor boliviano Fernando Huanacuni faz das economias chamadas ocidentais merece atenção especial (ver o diagrama a seguir). Ele aponta que o valor central do capitalismo é o capital, o do socialismo é o trabalho, e o dos povos originários é *a comunidade da vida* em todas as suas formas de existência. A crítica que ele faz do

antropocentrismo converge com a do Papa Francisco em diversas falas e textos, em particular na Encíclica *Laudato Sí: Sobre o cuidado da Casa Comum* (Papa Francisco, 2015).

Tabela 1- A visão de Bioeconomia



Fonte: Huanacuni, 2015, p. 145

O trabalho em si não pode ser, efetivamente, o valor central de um sistema centrado na vida. Mas visto na sua essência, e não enquanto mercadoria, ele é uma condição ontológica (que faz parte indissociável do *ser* e do *fazer-se* humano) da nossa existência neste mundo, e como tal necessita *ser libertado* de todos os grilhões que o condicionam. Eis porque o trabalho emancipado é essencial para a realização de cada pessoa¹⁶. Para realizá-lo, é preciso *democratizar* a propriedade dos bens produtivos, dos bens comuns públicos, assim como dos ganhos da produtividade da economia, a fim de que seja possível reduzir o tempo de trabalho necessário para garantir a sobrevivência¹⁷. *Liberar tempo* para o fazer e o não-fazer ligados ao desenvolvimento dos talentos

¹⁶ Ver o capítulo 4 de Marcos Arruda, 2006 “Tornar Real o Possível”, Editora Vozes, Petrópolis sobre Trabalho: A Arte de Transformar o Mundo e a Nós Próprios.

¹⁷ Muitos países ao redor do mundo implementaram reduções na jornada de trabalho ao longo da história. Essas

e potenciais de cada pessoa, comunidade e povo, essa é uma das mais importantes finalidades da partilha dos ganhos da produtividade na economia biocêntrica.

ECONOMIA E ESPIRITUALIDADE

Economia quer dizer *gestão, cuidado da casa*. Na sua origem, economia era a arte de gerir a casa para que seus habitantes tenham suficientes bens para terem um viver satisfatório. Ao longo dos séculos, o dinheiro, *meio* criado para facilitar as trocas, foi se tornando *um fim*. Acumular dinheiro tornou-se prioridade superior à do direito à vida. A parábola de Moisés e o Bezerra de Ouro simbolizam esse desvio que terminou contaminando a alma da civilização ocidental. Até hoje vivemos essa inversão de valores.

A relação entre economia e espiritualidade parte da *natureza relacional e evolutiva do ser humano*. Somos relação conosco mesmos, pois somos seres complexos, evolutivos e pluridimensionais; relação com outras e outros humanos (“sem os outros, não somos”); e relação com a Natureza, da qual somos parte e, ao mesmo tempo, à qual transcendemos. Quem dá sentido a essas relações é a *consciência humana*. E a consciência evolui, como a própria Matéria. Eis porque não há conjuntura histórica permanente.

As pessoas que optam pelo materialismo vulgar rejeitam a noção de transcendência, de um espírito que anima a Matéria. Essa rejeição vem sendo questionada pelos novos descobrimentos da física quântica e da biologia, que exploram a intimidade dos comportamentos do universo material e nela encontram razões para afirmar *a dimensão imaterial ou sutil da realidade* e seu papel de colecionador e transmissor de informação para além da dimensão material. Autores em diversos campos da ciência têm se aventurado a aproximar-se desse campo, como os físicos Albert Einstein e Ilya Prigogine, os biólogos Rupert Sheldrake e Humberto Maturana, o geólogo e paleontólogo Pierre Teilhard de Chardin, o psicólogo Jean-Yves Leloup, o filósofo Leonardo Boff,

reduções visavam melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, promover o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e, em alguns casos, estimular o emprego. Aqui estão alguns exemplos de países que reduziram a jornada de trabalho e algumas referências bibliográficas de estudos relevantes. França: A França é conhecida por ter implementado uma jornada de trabalho semanal de 35 horas em 2000 com o objetivo de reduzir o desemprego e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Um estudo relevante é *"Working Time Reduction in France: Choices in Times of Economic Crisis"* de J. Owen-Smith e R. F. Warner. Alemanha: A Alemanha tem uma jornada de trabalho média de cerca de 35 a 38 horas por semana. Uma referência bibliográfica relevante é *"The politics of working time: Working time reduction in the Netherlands, France, Germany, and the United Kingdom, 1973–1991"* de H. Overbeek.

e outros¹⁸.

A Natureza e sua dinâmica são a manifestação de uma Consciência Superior. É ela que dá sentido à verdade transcultural de que *‘tudo está interligado’*. Noutras palavras, todos os seres, na sua incomensurável diversidade, estão articulados entre si; são partes de um Todo que os unifica, sem destruir sua unicidade. Este Todo está presente em cada parte e, ao mesmo tempo, as transcende. A vida humana tem sido uma maravilhosa aventura de buscar ir sempre além das fronteiras do nosso conhecer. Essa busca nos aproxima sempre mais do Princípio, do Tudo, do Nada, do fator unificador, do Ponto Ômega que, no dizer de Teilhard de Chardin, tudo atrai, integra e amoriza.

A *liberdade* de tomar decisões tem um lugar especial nessa reflexão. Esse atributo dá ao ser humano o poder de tornar-se cocriador, no contexto da História da vida. A Teoria do Caos pode lançar luz ao que quero dizer. Ela propõe que qualquer pequena mudança num sistema em movimento pode trazer grandes mudanças no sistema, tornando imprevisíveis seus efeitos. Na história humana, cada escolha que fazemos tem uma influência transformadora da história em relação ao momento anterior ao da escolha. Tomar consciência disso implica encantar-se e, ao mesmo tempo, imbuir-se de um sentido de responsabilidade e de compromisso ético com *a harmonia das outras partes e do Todo*.

A economia envolve sujeitos de decisões. Na história econômica houve abordagens diversas da questão da *liberdade* de escolher. Importa aqui entender que as decisões que tomo do que consumir, do que produzir, de a que preço vender, comprar, trocar ou doar, de como me relaciono com outros sujeitos econômicos, têm uma cadeia de efeitos complexos, objetivos e subjetivos, pois podem resultar em mais ou menos satisfação das necessidades materiais, em mais ou menos Bem Viver ou Mal Viver, em opressão ou libertação. O fator determinante é sempre a consciência do sujeito da decisão. E suas decisões terminam por influir nas decisões de outras e outros, gerando uma cadeia de efeitos semelhantes ao do bater das asas de uma borboleta, que pode gerar uma tormenta noutra lugar do mundo (analogia à Teoria do Caos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁸ Ver também Nunes, Débora e Arruda, Marcos, 2019, “Desafios de uma Política Pós-Materialista”.
<https://outraspalavras.net/author/marcosarruda/>

Concluimos daí que a racionalidade dos cálculos matemáticos pode não ser suficiente para dar conta de toda a complexidade dos atos humanos que resultam de suas escolhas conscientes. Fatores subjetivos, emocionais, psíquicos, conscientes ou inconscientes influem nas decisões revelando *uma essência imaterial* que dá substância às decisões. A liberdade é, portanto, um fator da *autopoiese* (o fazer-se no contato com o mundo) e da *antropopoiese* (o fazer-se da espécie humana, do coletivo humano ao qual pertencemos).

A consciência da nossa relação com o sutil, com a Consciência Superior, com o Divino abre um amplo campo de desenvolvimento da nossa identidade e personalidade. Perceber que aquele Todo é a origem de cada letra do alfabeto da vida, e que o Ômega é o ponto de convergência de todas elas, fornece um sentido às nossas decisões e os parâmetros éticos para guiá-las. A contribuição de Maturana¹⁹(2001) e de Teilhard de Chardin²⁰ (1974), nesse aspecto, é significativa. Chardin (1974) nos convida a fazer a caminhada evolutiva da vida com a consciência da probabilidade de que a Matéria que compõe cada ser e o Cosmos inteiro é animada por uma fonte interna que ele chama de Estofa transpessoal e transmaterial. Maturana (2001) coincide com Chardin ao propor, a partir de suas pesquisas sobre a Biologia do Amor, que *o amor é a condição mesma da existência do ser humano*. Sem o amor, podemos adoecer e até morrer, pois o amor é o sentido mesmo da Evolução da vida; ou seja, mais que uma emoção passageira ou um preceito ético, o amor é a dimensão essencial da Evolução da vida. O amor, na definição de Maturana (2001) é a atitude de acolher o outro enquanto outro na comunhão, e não na projeção dos meus desejos, carências e interesses. Acolher o outro como autêntico outro no conversar, no voltar para o outro a minha atenção, no compartilhar o único de mim com o outro na gratuidade e na comunhão dos bens materiais e espirituais.

Adotar essa atitude amorosa é reconhecer o outro como manifestação da Consciência Superior, e mobilizar-me para *cuidar* e *colaborar* para o Bem Viver e a felicidade do outro. E que tem a ver isso com a Economia? Voltamos ao tema da gestão e do cuidado com a Casa Comum. Realmar a Economia é colocar a vida como centro dela, e não o lucro nem o poder que o dinheiro

¹⁹ Humberto Maturana, um biólogo chileno conhecido por suas contribuições para a teoria da autopoiese e à biologia do conhecimento, também discutiu o conceito de amor em seu trabalho. Para Maturana, o amor é um tema complexo e multifacetado, e sua abordagem difere da concepção tradicional do amor romântico. Ele descreve o amor como uma emoção que surge nas interações entre seres humanos e é fundamentalmente construída socialmente.

²⁰ Pierre Teilhard de Chardin foi um renomado filósofo, teólogo, geólogo, paleontólogo e jesuíta francês. Ele nasceu em 1881 e faleceu em 1955. Teilhard de Chardin é conhecido por suas contribuições significativas para a filosofia, a teologia e a ciência, principalmente na área da evolução e da espiritualidade.

empresta a quem o possui. E mais, vida digna, sempre mais livre e plena. A Economia Biocêntrica propõe-se criar as condições para que a vida prospere e evolua, em mim, em nós, na Mãe Terra, no Cosmos num sentido sempre mais pleno e amoroso. Traduzir esse desafio na forma de relações interpessoais e sociais sempre mais generosas e gratuitas me leva a antecipar uma visão utópica e, ao mesmo tempo, coerente com o ser humano amoroso que estamos convidados a descobrir e dinamizar em nós próprios: a visão de uma *Economia do Amor*, da partilha da abundância, da gratuidade e da reciprocidade voluntária.

O Bem Viver e a felicidade são incompatíveis com a guerra, seja ela militar, econômica, comercial, cultural e, muito menos, biológica. Se no plano espiritual precisamos da paz, do respeito e da empatia com os que chamamos de outros, só resta um caminho coerente com esse propósito: converter a economia centrada no capital e no acúmulo de riqueza material a qualquer custo em um sistema centrado na vida digna, no Bem Viver e no acúmulo da riqueza maior – generosidade, empatia, amor e promoção da felicidade compartilhada.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ARRUDA, Marcos. **Educação para uma Economia do Amor**. São Paulo: Editora Ideias&Letras, 2009.

CHARDIN, Pierre Teilhard de. **Ciência e Cristo**. Petrópolis: Vozes, 1974. (Volume IX das Obras Completas).

FRANCISCO, Papa. **Encíclica Laudato Sí**. Cidade do Vaticano, 2015.

HUANACUNI, Fernando. **Vivir Bien/Buen Vivir** – Filosofía, Políticas, Estrategias y Experiencias de los Pueblos Ancestrales. La Paz, Bolívia: CAOÍ, Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2015

MANCE, Euclides André. **Economia da Libertação**: uma Introdução, no prelo. Disponível em: https://eabeditora.com.br/catalogo-impreso/economia-de-libertacao-livro-1-pre-venda/#gallery_6534f212bca05- Acesso em: 10 dez. 2023

MATURANA, Humberto. **A Árvore do Conhecimento**: As bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

PETRELLA, Riccardo. **Au nom de l’Humanité - l’Audace Mondiale**. Bruxelas: Couleur Livres, 2018.

RAZETO, Luis M. **La Crisis de la Civilización Moderna y la Creación de una Nueva Civilización**, monografía, Santiago, Chile. 2018